



1 **ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS**
2 **HIDROGRÁFICAS DOS AFLUENTES GOIANOS DO BAIXO PARANAÍBA**

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Centro Comunitário Dona Margarida, Avenida Garibaldi Teixeira, Nº 89, Centro – Quirinópolis Goiás, deu-se início a Trigésima Sétima Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, CBH – BAIXO PARANAÍBA, com a participação dos membros e convidados constantes nas listas de presenças anexas. **Item 1. Abertura da 37ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba – CBH BAIXO PARANAÍBA:** O Sr. José Lucas Rabelo Mendonça - presidente CBH Baixo Paranaíba declarou aberta a sessão e convidou os presentes a se colocarem de pé para a execução do Hino Nacional e do Hino do Estado de Goiás. Realizou a verificação do quórum por meio da Secretaria Executiva, na sequência, o Presidente a comunicou recebimento do Ofício nº 7763/2025 expedido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, documento que formaliza as substituições nos representantes daquela pasta no âmbito do comitê. Ficaram assim constituídas as novas formações: Vaga 1 – *Titular: Pedro Paulo Godoi | Suplente: Ana Luiz Duarte de Abreu* ; Vaga 2 – *Titular: Maria Aparecida de Souza Araújo | Suplente: João Ricardo Raiser*; Vaga 3 – *Titular: Marcos Aurélio Gomes Antunes | Suplente: Carolina Mundim de Souza Marques dos Santos*. Registrou oficialmente as boas-vindas aos novos membros, destacando a relevância da continuidade técnica da SEMAD nas discussões sobre enquadramento de corpos d'água, planos de bacias e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. **Item 2. Aprovação das Atas da 10ª Reunião Extraordinária e da 11ª Reunião Extraordinária do CBH BAIXO PARANAÍBA:** O Presidente informou que as atas referentes à 10ª Reunião Extraordinária e à 11ª Reunião Extraordinária haviam sido devidamente encaminhadas aos membros com antecedência mínima legal, permitindo análise prévia e eventuais sugestões de ajuste ou complementação. Colocou-as em apreciação e, não havendo manifestações contrárias ou abstenções nem solicitações de ajustes, aprovou-as por unanimidade. **Item 3 - Aprovação da Agenda de Reuniões de 2026 do CBH Baixo Paranaíba:** A Sra. Maria Aparecida de Souza Araujo - SEMAD apresentou proposta da agenda para 2026 e esclareceu os critérios adotados para a definição das datas, os quais consideraram os feriados municipais e estaduais, bem como a possibilidade de ajustes em caso de conflito institucional. A



proposta previu a realização de duas reuniões por semestre, uma ordinária e uma extraordinária, além da adoção de formato itinerante, com visitas técnicas. O Presidente colocou a matéria em apreciação e votação, sendo aprovada por unanimidade pela plenária e foi reafirmada a importância do caráter itinerante das reuniões para o conhecimento das realidades municipais. **Item 4 – Eleição para renovação da Diretoria do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, referente à gestão 2025-2027:** O Sr. José Lucas Rabelo Mendonça - presidente CBH Baixo Paranaíba, concedeu a palavra ao Sr. Phelipe Cunha, representante da Secretaria Executiva, para conduzir processo eleitoral da Diretoria do CBH Baixo Paranaíba referente a gestão 2025-2027. Ato contínuo, o Sr. Phelipe Cunha, recordou que em 17 de outubro de 2025 fora enviado aos membros o comunicado oficial com todas as regras regimentais, prazos e exigências para formação de chapas. Informou recebimento em 28 de outubro única chapa, composta equilibradamente pelos quatro setores paritários: Presidente pelo setor de usuários – Sr. José Lucas Rabelo Mendonça; Vice-Presidente pela sociedade civil – Sr. Nélcio Castro Lima (SENAR Goiás); 1ª Secretária Executiva pelo Poder Público Municipal – Sra. Maria Aparecida de Souza Araújo/Cida; 2º Secretário Executivo pelo setor de usuários do saneamento – Sr. Rafael Rodrigues de Paiva. Foram convidados a se apresentar à plenária, os candidatos expuseram diretrizes gerais de atuação para o biênio, com ênfase no fortalecimento institucional do Comitê, na atuação articulada junto aos municípios, na ética, na transparência e na gestão proativa dos recursos hídricos. Abriu-se prazo para inscrição de outras chapas, conforme disposto no regimento, não havendo novas manifestações. Procedeu-se à votação, registrou-se treze votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções. A chapa foi eleita por aclamação da plenária, com registro fotográfico para fins institucionais. **Item 5 – Discussão sobre o andamento da regionalização do saneamento em Goiás e a integração com a gestão de recursos hídricos:** A Sra. Ana Luíza Duarte de Abreu, Gerente de Planos, Enquadramento, Cobrança e Apoio aos Colegiados da SEMAD, apresentou explanação detalhada sobre a regionalização do saneamento básico em Goiás e sua integração com a gestão dos recursos hídricos, tema de absoluta transversalidade com as competências do Comitê. Explicou que a regionalização decorre da Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como o Novo Marco do Saneamento Básico, definindo o saneamento como a prestação integrada de serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário (coleta e tratamento),



limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, além da drenagem e manejo das águas pluviais. Informou que os objetivos incluem atender exigências de higiene e saúde pública, promover viabilidade econômica aos municípios e integrar planos municipais aos estaduais e nacionais para ganhos de escala em eficiência. Apresentou as metas de universalização da Lei nº 11.445/2007 (alterada em 2020), que prevê o atendimento de 99% da população com água potável e esgoto até 2033. Esclareceu os dispositivos da Lei nº 11.445/2007, informando que os artigos 9º e 11 definiram a titularidade dos serviços, as formas de delegação e as exigências de planejamento, metas de universalização e qualidade, regulação independente, fiscalização e transparência, vedando contratos informais sem metas de desempenho. Abordou o artigo 17, que estabeleceu a obrigatoriedade de plano de saneamento com diagnóstico, metas, programas, ações e revisões periódicas, informando que a ausência desse instrumento inviabiliza o acesso a recursos federais. Destacou a Lei Complementar Estadual nº 182/2023, que instituiu as microrregiões de saneamento (Oeste, Centro e Leste), esclarecendo que este Comitê integra a Microrregião Oeste (composta por 88 municípios). Explicou que as microrregiões possuem natureza jurídica de autarquia intergovernamental de regime especial, com caráter deliberativo e normativo. Concluiu informando que, no processo de regionalização, a SEMAD atua na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, acompanhando os demais eixos em razão da interface com o enquadramento e a disponibilidade hídrica, enquanto as frentes de drenagem, esgotamento sanitário e abastecimento público ficam sob a responsabilidade da SEINFRA. Expôs o estágio de desenvolvimento dos Planos Microrregionais de Abastecimento de Água (PNASAs), conduzidos pelas Fundações, e dos planos de esgotamento sanitário, sob responsabilidade do BNDES. Informou que o Plano Microrregional de Esgotamento Sanitário foi submetido à consulta pública e que a SEMAD, após análise técnica, encaminhou sugestões de melhorias ao documento. Ressaltou a abertura de consulta pública recente relativa ao abastecimento de água, que detalha as captações por município, e solicitou aos membros do colegiado a conferência da regularidade das outorgas. Enfatizou a necessidade de observar se os estudos respeitam o enquadramento de corpos d'água aprovado por este Comitê, tanto para o abastecimento quanto para o lançamento de efluentes, visando validar e preservar as deliberações anteriores deste órgão. Esclareceu que os documentos encontram-se disponíveis via QR Code, com possibilidade de filtragem de dados por município. Aclarou a conclusão das etapas de



plano de trabalho, análises metodológicas e visitas de campo, estando disponíveis os produtos das regiões Oeste e Centro. Informou que, no caso do plano de esgotamento sanitário, a minuta passou por consulta pública e recebeu contribuições, permanecendo pendente a divulgação do produto consolidado. Disponibilizou aos presentes QR Codes e links diretos no portal da CEINFRA para acesso irrestrito às consultas públicas dos Produtos 1 das Regiões Oeste e Centro, bem como documentação das Parcerias Público-Privadas e edital de execução dos planos. Alertou categoricamente que a ausência de planos municipais ou microrregionais constitui barreira intransponível ao acesso de recursos federais e estaduais para investimentos, fazendo apelo veemente aos representantes municipais para verificação imediata dos dados referentes às suas respectivas localidades. Solicitou, ainda, o encaminhamento de eventuais correções, notadamente quanto a outorgas pendentes de regularização e à adequação dos padrões de qualidade aos parâmetros estabelecidos pelo comitê. O Presidente, endossou a exposição técnica, conclamou à máxima proatividade dos membros, especialmente os representantes municipais, na verificação criteriosa dos dados locais e participação ativa nas consultas públicas, alertando que a omissão equivale a perpetuar equívocos técnicos e compromete a governança integrada da bacia. Sugeriu a disseminação imediata dos links e QR Codes pelo grupo de WhatsApp do comitê para alcançar também os membros ausentes, reforçando que nenhuma agência pública realiza ações relevantes sem consulta pública prévia e ampla participação social.

Item 6 – Exposição das Experiências dos membros do CBH que participaram do 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB 2025): O presidente convidou os membros do Comitê que participaram do 26º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB 2025), realizado em Vitória, Espírito Santo, para compartilharem suas experiências. O Sr. Thiago Castro de Oliveira - FAEG, representante do setor agropecuário, iniciou a exposição cumprimentando a diretoria eleita e destacou que a chapa única reflete o amadurecimento e a convergência de interesses dos diferentes setores em prol da segurança hídrica. Relatou que a participação no evento proporcionou uma valiosa troca de informações com comitês de todo o país, permitindo identificar que conflitos pelo uso da água persistem mesmo em regiões com abundância hídrica, como a Amazônia. Observou que a temática central do encontro concentrou-se em adaptação, inovações tecnológicas e energias renováveis. Apontou, contudo, a necessidade de melhorias na organização dos



painéis temáticos, criticando a concomitância de temas relevantes que impossibilitou a participação integral dos delegados em todas as discussões de interesse, como cobrança e enquadramento. Ressaltou o aprendizado obtido junto à delegação do CBH Ceará sobre a gestão de recursos hídricos e os desafios na alocação de recursos advindos da cobrança, servindo de paradigma para as futuras etapas de gestão no Estado de Goiás. Mencionou a participação política do estado na eleição da diretoria do Fórum Nacional, embora a candidatura local não tenha se sagrado vencedora. Concluiu recomendando a participação dos demais membros em edições futuras e reforçou a sugestão para que a organização do evento evitasse a pulverização excessiva de temas em salas simultâneas, de modo a otimizar o aproveitamento técnico dos participantes. O Sr. Nélcio Castro Lima - SENAR Goiás relatou a sua participação no ENCOB 2025, realizado em Vitória, informou que o evento contribuiu para o amadurecimento do Comitê quanto à compreensão integrada dos usos da água, considerando qualidade e quantidade como um único recurso. Exemplificou a situação crítica de Angra dos Reis, marcada por escassez de captações, urbanização desordenada e dificuldades de abastecimento, reforçando a necessidade de planejamento e antecipação de conflitos na bacia. Defendeu a adoção de gestão integrada, com aplicação de recursos na recuperação de nascentes e em programas de produtores de água, como estratégia para garantir a sustentabilidade dos diferentes usos. Manifestou preocupação com o recente assoreamento do Rio do Peixe, em Doverlândia, alertando para os riscos de impactos sobre o Rio Araguaia e a piracema. Incentivou a participação de membros do colegiado em outros fóruns técnicos e agradeceu à SEMAD pelo apoio logístico que viabilizou a participação no evento. O Sr. Rafael Rodrigues de Paiva - SANEAGO mencionou participação pela terceira vez no evento, informando que, apesar de menor público em comparação a edições anteriores, avaliou que os temas apresentados mostraram-se mais atuais e relevantes para o Comitê. Informou que priorizou a participação nos painéis temáticos, em detrimento das jornadas de capacitação, por tratarem de conteúdos mais alinhados às demandas do Comitê. Expôs que os debates concentraram-se, principalmente, em dois eixos: mudanças climáticas e seus efeitos sobre a gestão das águas, bem como experiências de usuários, incluindo casos de irrigação no Oeste Baiano, iniciativas do setor privado e ações vinculadas à economia azul na Baía de Guanabara, associadas à melhoria do saneamento. Acrescentou interesse especial nos painéis sobre Pagamento por Serviços Ambientais, relacionados ao apoio



financeiro à proteção dos recursos hídricos. Por fim, corroborou a preocupação com o Rio do Peixe, em Doverlândia, onde a Saneago realiza captação, e classificou como alarmante a redução drástica do volume de água em um leito historicamente amplo, reforçando a necessidade de atenção do colegiado para com este manancial. O Sr. Jose Lucas Rabelo Mendonça - presidente CBH Baixo Paranaíba agradeceu à SEMAD e ao Comitê pela viabilização da participação no evento nacional e avaliou que, embora a edição tenha registrado menor público em comparação ao encontro realizado em Natal, apresentou temas mais atuais e alinhados aos desafios da gestão de recursos hídricos. Informou que concentrou participação nos painéis sobre mudanças climáticas e abordou a relevância das águas subterrâneas, reconhecidas como fundamentais para a manutenção dos mananciais. Observou que o evento permitiu contato com realidades marcadas pela escassez hídrica, nas quais os comitês exercem papel decisório quanto à definição de usos e quantidades de água, o que reforça a responsabilidade institucional desses colegiados. Reconheceu a participação ativa da delegação de Goiás e avaliou positivamente a troca de experiências culturais, sociais e simbólicas relacionadas à água. Registrou crítica construtiva quanto à limitação de vagas em painéis centrais e sugeriu a ampliação dos espaços para maior participação. Mencionou o processo eleitoral ocorrido no fórum nacional e manifestou expectativa de aprendizado institucional para as próximas edições. Concluiu que a experiência mostrou-se enriquecedora, especialmente nos debates sobre outorga compartilhada e gestão de águas subterrâneas, reforçando a necessidade de ampliar a responsabilidade coletiva sobre o uso do recurso hídrico. A Sra. Maria Aparecida Souza Araujo - SEMAD registrou a redução no número de inscritos do Comitê para o ENCOB, avaliando que a baixa participação compromete o aproveitamento das oportunidades de capacitação. Incentivou os membros a observarem as regras de inscrição e a ampliarem a participação em eventos futuros relacionados à gestão de recursos hídricos. **Item 7 – Informativos Gerais:** A Sra. Ana Luíza Duarte de Abreu - SEMAD agradeceu aos presentes e explicou que a exposição teve por objetivo apresentar o histórico da cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de Goiás, o estágio atual do processo e os próximos passos para sua efetivação e emissão dos boletos. Expôs o início do processo judicial em 2021, a partir de ação proposta pelo Ministério Público, que obrigou o Estado a instituir a cobrança pelo uso de recursos hídricos. Informou a concessão de liminar em 2022, que determinou a edição de decreto regulamentador no prazo de sessenta dias. Relatou



a realização de audiência de conciliação em abril de 2023, ocasião em que o Estado assumiu o compromisso de editar o decreto, optando-se pela regulamentação por esse instrumento, que permitiu aos comitês de bacias a definição e posterior alteração dos mecanismos de cobrança. Comunicou a publicação do Decreto nº 10.280 em junho de 2023, responsável pela regulamentação da cobrança, bem como a prolação de sentença de mérito em outubro do mesmo ano, que homologou a procedência do pedido e declarou extinta a ação judicial. Registrou a aprovação, em fevereiro de 2025, dos Planos de Aplicação Plurianual pelo Comitê do Baixo Paranaíba, com vigência estabelecida para o período de 2025 a 2027. Esclareceu que a cobrança não foi iniciada imediatamente em razão da inexistência de mecanismo financeiro operacional que possibilitasse a arrecadação e a aplicação dos recursos. Relatou que tal impedimento foi superado com fundamento na Lei nº 20.694/2019, Lei de Licenciamento Ambiental do Estado de Goiás, e no Decreto nº 10.591/2024, que regulamentou os fundos privados estaduais de recursos hídricos, conversão de multas e compensação ambiental, além de instituir os respectivos comitês gestores. Informou a realização de chamamento público para seleção do mecanismo operacional e financeiro dos fundos, com participação de três entidades, e a homologação da AGEVAP como vencedora, seguida da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Relatou que a entidade iniciou as atividades de consolidação das bases de dados, levantamento cadastral dos usuários e demais ações preparatórias para a implementação da cobrança. Comunicou a realização de reunião extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em outubro de 2025, destinada à análise de ajustes no Decreto nº 10.280, culminando na publicação do Decreto nº 10.804/2025, em 28 de outubro. Apresentou as alterações promovidas, com a finalidade de eliminar inconsistências normativas e conferir maior clareza ao texto. Informou a exclusão do inciso I do Art. 4º, em razão de redundância e divergência com o inciso III, mantendo-se a exigência de regulamentação específica da cobrança pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, pelo órgão gestor e pelos comitês de bacias. Registrou a supressão do parágrafo único do mesmo artigo, por entender que a exemplificação de captações e usos vinha ocasionando interpretações equivocadas pelos usuários. Relatou a retirada das categorias “uso urbano” e “uso rural” dos anexos, esclarecendo que a cobrança incide sobre o setor usuário conforme a atividade exercida, e não sobre a localização geográfica do empreendimento. Explicou a reorganização das regras transitórias em três anexos distintos, em razão



da isenção aprovada para irrigação e criação animal nos dois primeiros anos. Detalhou que o Anexo I manteve a aplicação de cinquenta por cento do Preço Público Unitário para o exercício inicial; que o Anexo II estabeleceu alíquota zero para irrigação e criação animal nos dois primeiros anos; e que o Anexo III fixou os valores integrais do Preço Público Unitário para todos os setores a partir do terceiro ano, com correção monetária conforme índice previsto no decreto. Comunicou a alteração da periodicidade de emissão dos boletos, que passou do regime trimestral para o semestral, com previsão excepcional de emissão dos boletos referentes ao exercício de 2025 até o primeiro semestre de 2026. Alertou para a necessidade de atualização cadastral no Sistema Veredas pelos usuários enquadrados como “outras finalidades de uso”, a fim de evitar enquadramentos e cobranças indevidas. Apresentou o cronograma de emissão escalonada dos boletos, com início previsto para a segunda quinzena de novembro de 2025, pelo setor de abastecimento público, seguido pelos setores de indústria e mineração, e, posteriormente, pelos demais setores. Franqueou-se a palavra para debates. Registraram-se questionamentos acerca da existência de poços não cadastrados junto à SEMAD, especialmente em áreas residenciais, e sobre a possibilidade de fiscalização desses usos. A Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu esclareceu que a Superintendência de Recursos Hídricos possui planejamento de fiscalização estruturado e que todas as demandas formalizadas por meio de ofícios ou processos administrativos são devidamente incorporadas a esse cronograma. Informou que parte das ações fiscalizatórias sofreu reprogramação em razão de campanhas orientativas em períodos de escassez hídrica, permanecendo as demais demandas previstas para fiscalização posterior. Reconheceu-se a dificuldade de identificação de poços residenciais, em razão de sua execução sem comunicação prévia e da inexistência de dados consolidados, inclusive por parte das concessionárias de saneamento. A SEMAD orientou, por fim, o reenvio de ofícios e pedidos formais para subsidiar a inclusão das demandas no planejamento institucional. A Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu - SEMAD informou que o envio dos boletos ocorrerá prioritariamente por meio de endereço físico cadastrado nos sistemas oficiais, com previsão de encaminhamento também aos endereços de e-mail registrados. Esclareceu que a SEMAD projeta, para etapas futuras, a integração com o sistema Veredas, possibilitando ao usuário a emissão direta dos boletos mediante consulta por CPF, CNPJ ou número do ato normativo. Orientou quanto à necessidade de retificação cadastral dos usuários enquadrados na modalidade “outras finalidades



de uso". Explicou que a migração para o sistema Veredas exige validação documental, mas que será disponibilizado módulo simplificado para alteração específica da finalidade de uso. Informou que o correto enquadramento é condição para aplicação de isenções ou reduções tarifárias, bem como que o órgão gestor disponibilizará canais de atendimento e instrumentos complementares para orientar os procedimentos de revisão e retificação cadastral. O Sr. Marcos Aurélio Gomes Antunes - SEMAD informou a realização de reunião on-line, em 6 de novembro, no âmbito do processo de revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba, de caráter interestadual. Esclareceu que o encontro objetiva analisar a compatibilidade entre o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o plano do Paranaíba em elaboração e o Plano da Bacia do Baixo Paranaíba, aprovado em 2021. Convidou os membros a participarem, especialmente os integrantes do Grupo de Trabalho, em razão da importância da integração das ações e da futura aplicação de recursos decorrentes da cobrança pelo uso da água. A Sra. Maria Aparecida de Souza Araujo-SEMAD complementou os informes e ressaltou que, além da reunião geral mencionada, ocorrerão reuniões técnicas individuais para cada comitê, em formato on-line, em razão dos prazos reduzidos. Comunicou que o Comitê do Baixo Paranaíba receberá convocação para reunião a ser realizada no dia 12 de novembro, no período da manhã, com pauta voltada à integração dos planos de recursos hídricos. Informou, ainda, que a SEMAD realizará a Semana da Água no período de 18 a 21 de março de 2026. Esclareceu que a programação contará com salas de capacitação técnica e participação de autoridades estaduais. Solicitou o apoio dos membros na divulgação do evento junto aos setores representados e aos municípios da bacia. O Presidente agradeceu a participação de todos e o apoio logístico recebido para a realização da sessão. Ressaltou a importância da presença dos representantes dos diversos setores para o fortalecimento do colegiado. **Item 5. Encerramento:** Nada mais a tratar, o José Lucas Rabelo Mendonça - Presidente CBH Baixo Paranaíba encerrou a reunião. Eu, Patrícia Sueli Côrtes de Oliveira, colaboradora da secretaria executiva, lavrei essa ata que após aprovada segue assinada pelo Presidente e Secretário Executivo do Comitê. A gravação com inteiro teor da reunião encontra-se disponibilizada no site do Baixo Paranaíba.



CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

José Lucas Rabelo Mendonça
Presidente

Rafael Rodrigues de Paiva
Secretária Executiva



CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

Anexo I

Lista de Presença (Titulares e Suplentes) do CBH Baixo Paranaíba

Nº	Entidade	Representante
1	SEMAD	Maria Aparecida de Souza Araújo
2	SEMAD	Marcos Aurélio Gomes Antunes
3	SEMAD	Ana Luiza Duarte de Abreu
4	Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu	Marcijane França Veloso
5	Prefeitura Municipal Quirinópolis	José Lucas Rabelo Mendonça
6	ABES-GO	Mariusia Aparecida Santos
7	SENAR-GO	Nélio Castro Lima
8	ONG Amigos do Rio Claro	Morgana de Castro Paniago
9	SANEAGO	Rafael Rodrigues de Paiva
10	SANEAGO	Luciana Lusía Calçada
11	São Martinho S/A	Roberta Macedo Dantas
12	Rio Claro AgroIndustrial	Franciane Paula da Cruz
13	Thiago Castro de Oliveira	



CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

Anexo II

Lista de Presença (Convidados) do CBH Baixo Paranaíba

	Entidade	Representante
1	Secretaria Executiva/Completa	Phelipe Henrique Cassimiro Cunha
2	Secretaria Executiva/Completa	Maria Júlia Daminelli Nunes
3	SEMAD	Rodrigo Pacheco
4	Cargill	Fernanda Gonçalves
5	Cargill	Taril Borges
6	ATVOS	Cássio Barreto
7	SANEAGO	Zacarias Silveiro



CBH BAIXO PARANAÍBA

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

Anexo III - Registro Fotográfico

